EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM PROCESSO TRANSFORMADOR

QUÉDIMA BARROS PELIZÁRIO DA SILVA

RESUMO

A Educação Ambiental para alguns autores é um processo no qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade, a partir da incorporação das dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, que podem ser consolidadas a partir de um trabalho realizado no contexto da educação formal, mas também da educação informal, contribuindo para a formação de sujeitos ambientalmente conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Conscientização. Formal. Informal. Ambiente.

RESUME

Environmental Education for some authors is a process in which people learn how the environment works, how we depend on it, how we affect it and how we promote its sustainability, from the incorporation of social, political, economic, cultural, ecological and ethical dimensions. , which can be consolidated from work carried out in the context of formal education, but also of informal education, contributing to the formation of environmentally conscious subjects.

KEYWORDS: Education. Awareness. Formal. Informal. Environment.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental cada vez mais tem se mostrado importante para a constituição de uma sociedade eticamente sustentável, pois pauta-se na formação de sujeitos conscientes do seu papel transformador no mundo e em sua comunidade local.

Nesse sentido uma das funções da escola é a de ensinar e refletir as práticas sociais, e nesse contexto o mundo que tem sido marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, no qual envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental e para a sustentabilidade.

E diante desta nova exigência de habilidades, valores e principalmente postura crítica em relação aos problemas e aos desafios postos pela sociedade, a questão ambiental e da sustentabilidade é e será um grande desafio desse mundo globalizado. Uma vez que a qualidade de vida principalmente das futuras gerações estará mais dependente do que nunca deste fator. E como a escola pode atuar diante deste desafio?

O conceito de Desenvolvimento Sustentável ganhou evidência segundo Boff (2017) principalmente a partir da Conferência de 1972, a partir do Relatório de Brundtland, publicado em 1987. Desenvolvido pela Comissão Mundial, este relatório integra-se em um conjunto de iniciativas que ressaltam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado por países industrializados e reproduzido por nações em desenvolvimento, bem como destacam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, desconsiderando a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Nesse debate não podemos esquecer o papel da educação não formal, que é aquela que acontece em espaços diversos ao do ambiente escolar, pois nesse contexto a aprendizagem para a sustentabilidade também pode se desenvolver e consolidar-se em uma alteração da consciência e comportamento, como veremos nas próximas linhas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM PROCESSO TRANSFORMADOR

A educação ambiental enfatiza as regularidades, e busca manter o respeito pelos diferentes ecossistemas e culturas humanas da Terra. O dever de reconhecer as similaridades globais, enquanto se interagem efetivamente com as especificidades locais, é resumido no seguinte lema: Pensar globalmente, agir localmente.

Há três níveis ou sistemas distintos de existência:

Físico: planeta físico, atmosfera, hidrosfera (águas) e litosfera (rochas e solos), que seguem as leis da física e da química;

Biológico: a biosfera com todas as espécies da vida, que obedecem as leis da física, química, biologia e ecologia;

Social: o mundo das máquinas e construções criadas pelo homem, governos e economias, artes, religiões e culturas, que seguem leis da física, da química, da biologia, da ecologia e também leis criadas pelo homem.

O material necessário para a vida (água, oxigênio, carbono, nitrogênio, etc.) passa por meio de ciclos biogeoquímicos que mantêm a sua pureza e a sua disponibilidade para os seres vivos. O ser humano está apenas começando a planejar uma economia industrial complexa, moderna e de alta produtividade que assegura a necessidade de reciclagem no planeta. Nos ecossistemas, os organismos e o ambiente interagem promovendo trocas de materiais e energia por intermédio das cadeias alimentares e ciclos biogeoquímicos.

Assim nesse contexto, a inter-relação

da ética, da política, da economia, da ciência, da tecnologia, da cultura, da sociedade, da ecologia, pode sugerir um ponto de partida no momento de refletir quais seriam os grandes problemas que tocam as populações, tanto no âmbito macro, quanto no micro revelando, portanto, uma permanente complexidade do pensar e do agir ambiental.

A educação transformadora envolve não só uma visão ampla de mundo, como também a clareza da finalidade do ato educativo, além de uma posição política e competência técnica para programar projetos a partir do aporte teórico e formador de profissional competente. (Jr Philippi e Pelicioni, 2005 apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

Desta forma, assim como as medidas políticas, jurídica, institucional e econômica voltadas à proteção, recuperação e melhoria sócia ambiental, despontam também as atividades no âmbito educativo. (PRONEA 2003, apud MEDEIROS,

RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental, incluindo as ações em educação ambiental. (MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

A expressão "Educação Ambiental" (E.A.) surgiu apenas nos anos 70, sobretudo quando surge a preocupação com a problemática ambiental. A partir de então surge vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio-92 em 1992, realizada no Rio de Janeiro, que estabeleceu uma importante medida, Agenda 21, que foi um plano de ação para o século XXI visando à sustentabilidade da vida na terra (Dias, 2004 apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011).

De acordo com Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) atualmente, o tema Educação Ambiental vem adquirindo força como questão de cidadania local e planetária fazendo parte das preocupações cotidianas de cidadãos comuns, e cada vez mais a questão ambiental tem sido pauta de governos, empresas, movimentos sociais, ONGs, enfim, de uma infinidade de atores sociais que interferem no ambiente.

O que leva a pensar na Educação Ambiental, que nas palavras de Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011), são um processo permanente e inesgotável, onde o homem interfere na natureza com sua consciência, conhecimentos, atitudes, habilidades e formas de participar na sociedade. Para melhor conhecer o ambiente em que vive, ele precisa ser ecologicamente alfabetizado.

Quanto à alfabetização ecológica, Capra (1996, p.231 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011) afirma que "ser ecologicamente alfabetizado, significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis." Capra (1996) de acordo com as autoras, ressalta que é necessário revitalizar as comunidades, inclusive as comunidades educativas, comerciais e políticas, de modo que os princípios da Ecologia se manifestem nelas como princípios de educação, de administração e de política.

Em continuidade Minini (1992 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011), a Educação Ambiental deve propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, esclarecendo valores e desenvolvendo atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Dias (2001), acredita que Educação Ambiental seja um processo no qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade. Em continuidade o autor afirma que: "A Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas." (DIAS 1994 p. 8 apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

Como confirma Philippi Jr. (2005 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011) ao afirmar que a educação ambiental não e neutra, mas ideológica; e um ato política; a educação ambiental deve envolver uma holística enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; a educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida e atender as necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe social.

Percebe-se que a educação ambiental quando aplicada de forma correta atinge todas as dimensões do mundo; alcança todos os âmbitos sociais, econômico e ambiental.

Para Vasconcellos (1997, apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011) a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra. Portanto, é no sentido de promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria sócia ambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais, que se insere a Educação Ambiental no planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Educação Ambiental, conforme Branco (1998, apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011), é todo processo cultural que objetive a formação de indivíduos capacitados a coexistir em equilíbrio com o meio. Processos não formais, informais e formais já estão conscientizando muitas pessoas e intervindo positivamente, se não solucionando e despertando para o problema da degradação crescente do meio ambiente, buscando novos elementos para uma alfabetização.

A sobrevivência humana sempre esteve ligada ao meio natural. Mas com o padrão desenvolvimentista de acumulação e concentração de capital, verifica-se uma apropriação da natureza de forma inadequada, onde se retira dela muito além do necessário ao sustento humano em nome do capitalismo que só visa o lucro, provocando desequilíbrio na relação do homem com o meio natural, onde o processo de degradação tem aumentado cada vez mais, comprometendo a qualidade de vida da sociedade. (MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

Desta maneira se faz necessário medidas urgentes em todo mundo quanto a uma conscientização das pessoas que a levem a gerar novos conceitos sobre a importância da preservação do meio ambiente no dia-dia, e a educação ambiental é uma ferramenta que contribuirá significativamente neste processo de conscientização, pois a Educação Ambiental segundo Dias (2004, p 523) é:

Processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros. (apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011)

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999, pela Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, segundo as autoras, onde em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". É importante lembrar que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental nesta perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, na qual a sua abordagem deve ser integrada e continua, e não ser uma nova disciplina, ou seja, "A Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina no currículo de ensino em conformidade com a lei 9.795/99".

Entende-se que educação ambiental pode ser aplicada de diversas formas, mas com uma única finalidade, construir "valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente". (DIAS, 2004, pg.202 apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011).

Dentre todo esse processo de educação das pessoas houve a necessidade de direcionar a aplicação da Educação Ambiental, de acordo com as autoras, utilizando políticas públicas educativas ligadas à sensibilização da coletividade sobre a questão ambiental, abrangendo o público em geral, que é considerada a Educação Ambiental Não Formal.

De acordo com as autoras, outro foco da Educação Ambiental, que busca a formação do sujeito de forma continuada, e que se insere dentro do todo e qualquer sistema escolar, que então chamamos de Educação Ambiental Formal.

Assim Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) trazem em seus inscritos que segundo a lei 9.795/99 entende-se por educação ambiental formal e não formal:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar as desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

educação infantil;

ensino fundamental e

ensino médio; II - educação superior;

- educação especial;

- educação profissional;

- educação de jovens e adultos.

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Como se pode observar, portanto que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os segmentos e níveis da educação formal de maneira que seja desenvolvida com uma prática educativa integrada, contínua e permanente, assim como afirma o Art. 10º da mesma lei.

Como perspectiva educativa, a educação ambiental deve estar presente, permeando todas as relações e atividades escolares, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar, para refletir questões atuais e pensar qual mundo queremos, e, então, por em prática um pensamento ecologista mundial. A Educação Ambiental não deve se destinar como uma nova disciplina do currículo escolar, precisa ser uma aliada do currículo, na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento. (apud MEDEIROS, RIBEIRO e FERREIRA, 2011).

As questões ambientais vêm adqui-

rindo uma grande importância na nossa sociedade. Estudos acerca dos problemas ambientais surgem a partir de novos paradigmas que visam uma direção mais sistêmica e complexa da sociedade. Nesse contexto a escola emergiu suas discussões sobre a educação ambiental, com um processo de reconhecimento de valores, em que as novas práticas pedagógicas devem ser responsáveis na formação dos sujeitos de ação e de cidadãos conscientes de seu papel no mundo.

Na educação infantil de acordo com Dias (2004 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011) a apresentação de temas ambientais na educação deve dar ênfase em uma perspectiva geral, sendo bastante importante que atividades sejam desenvolvidas com os educandos, de forma a estimulá-los, tendo em vista que nesta fase as crianças são bastante curiosas e é comum uma maior integração e participação das mesmas, onde a aprendizagem neste sentido deve ser contínua. A partir disso, é importante que seja apresentado temas pertinentes que levam a uma conscientização, de maneira que esta criança dissemine tal conhecimento, pois é comum uma criança ao adquirir um novo conhecimento repassar principalmente para seus familiares.

Sendo assim, segundo as autoras, devem ser apresentadas praticas ecologicamente corretas para incutir uma conscientização acerca do meio ambiente desde cedo, e a escola tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma educação ambiental de qualidade, estabelecendo o meio ambiente como patrimônio de todos, desenvolvendo atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, projetos, etc., conduzindo os alunos a serem agentes ativos e não passivos e meros espectadores.

Verifica-se que na maior parte das escolas públicas e privadas não existem um ensino de "Educação Ambiental que suscita uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõe a comunidade". (Dias, 1992 apud MEDEIROS, RIBEIRO E FERREIRA, 2011).

Identifica-se, então, que a falta de consciência ambiental dos alunos origina-se da estrutura educacional com métodos defasados, sem sintonia com a realidade, gerando cidadãos com hábitos e comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, não porque pretendiam ser assim, e sim, por não terem recebido uma educação com métodos que se adequem a realidade.

Para as autoras, muitas dificuldades e desafios são encontrados na educação ambiental na Educação Básica Ensino fundamental I nas escolas públicas, na qual se constata que a maioria dos professores está ciente das responsabilidades socioeducativas a eles confiadas, existindo consenso da importância do tema transversal "Educação Ambientais", no entanto observa-se uma barreira quanto à aplicação de atividades relacionadas a este tema.

Outra dificuldade, apontada pelas autoras, é que os professores questionam sobre a falta de material didático, no qual o próprio livro didático é ausente de conteúdos relacionados à questão ambiental, se fazendo necessário outras metodologias com outros materiais que poderiam auxiliar, mas as escolas geralmente não disponibilizam, tornando o trabalho ainda mais difícil. Além de que, falta uma maior compreensão e colaboração por parte da comunidade escolar em colocar em prática ações que contribuam para a melhoria do meio ambiente.

Dessa maneira, segundo Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) os problemas ambientais são tratados como algo possível e não concreto. Observa-se que a escola procura transmitir para os educandos de maneira isolada e fragmentada um conhecimento pronto sobre o meio ambiente e suas questões, no qual o modo como a Educação Ambiental é praticada nas escolas, é apenas como projeto especial, extracurricular, sem continuidade, descontextualizado, fragmentado e desarticulado, e apesar da disposição do MEC sobre a educação ambiental, não há efetivamente o desenvolvimento de uma prática educativa que integre disciplinas.

Dessa forma, as questões ambientais são apresentadas de maneira confusa aos alunos, pois aprendem apenas que é preciso preservar a natureza, mas não são levadas a elas as políticas de impactos capazes de lhes fazer compreender que é preciso preservar e utilizar de forma consciente os recursos naturais que se tem no planeta. Acabam sendo apenas ouvintes e não praticantes, quando deveriam ser estimulados através de atividades e projetos a exercer essa consciência a partir de sua realidade e comunidade. (MEDEIROS, RIBEIRO E FERREIRA, 2011)

Para as autoras pode-se analisar que a educação ambiental não é trabalhada como deveria de acordo com os PCN's e com a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, isso porque os professores não são estimulados e nem capacitados, a escola não oferece condições adequadas para desenvolver este tipo de trabalho.

Em continuidade, Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011), retratam que diante de toda esta dificuldade enfrentada pela educação ambiental, ainda verifica-se outro fato agravante, pois nas escolas públicas a situação é mais precária, a comunidade escolar se queixa que a escola não oferece condições adequadas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, isso segundo os mesmos por falta de investimentos.

Assim, na concepção das autoras, se faz necessário haver inter-relação entre as disciplinas do currículo escolar e a comunida-

de, para que juntos realizem uma educação ambiental voltada para a mudança do comportamento humano, tendo a Escola como um agente transformador da cultura e principalmente da conscientização das pessoas para o problema ambiental a partir de sua própria realidade.

Considerando a importância da temática ambiental é necessário que se desenvolvam conteúdos, ou seja, meios que possam contribuir com a conscientização de que os problemas ambientais dizem serem solucionados mediante uma postura participativa de professores, alunos e sociedade, uma vez que a escola deve proporcionar possibilidades de sensibilização e motivação para um envolvimento ativo dos mesmos. (MEDEIROS, RIBEIRO E FERREIRA, 2011)

Outro desafio, apontado pelas autoras, é que se propiciem aos educadores condições para que possam trabalhar temas e atividades de educação ambiental que possam conduzir a práticas pedagógicas, materiais didáticos, guias curriculares e projetos que incentivem o debate, a reflexão sobre as questões ambientais e a construção de uma consciência crítica.

Para Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) é importante à articulação de ações educativas voltadas para a preservação do meio ambiente e a escola é o espaço mais indicado e privilegiado para implementação dessas atividades, uma vez que, por meio da Educação Ambiental deve levar o aluno a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente, conscientizando-os de forma a tentar gerar novos conceitos e valores sobre a natureza, alertando sobre o que se pode e deve ser feito para contribuir na preservação do meio, tentando assim, estabelecer um equilíbrio entre homem e natureza na busca por um mundo melhor, e desta forma possa disseminar tal conhecimento para a sociedade.

A educação ambiental nasceu com o objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupada com o ensejar a oportunidade de um conhecimento que permitisse mudar o comportamento volvido à proteção da natureza.

Estudos e práticas realizadas, segundo as autoras, apresentam que, a educação ambiental só será eficaz, se levar os alunos a terem percepção do mundo que os cerca, envolvendo-os de forma a despertar uma consciência crítica que busca soluções para o problema.

Segundo Zeppone (1999 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011), algumas práticas já realizadas em instituições de ensino formal, pode-se observar que as atividades desenvolvidas no âmbito escolar que propuseram o próprio ambiente escolar como objeto de observações, detecta-se que o aproveitamento destes métodos foi extremamente proveitoso, por ser uma atividade que levou primeiramente em consideração o relacionamento entre os alunos e professores, e seguindo toda uma etapa bem estruturada e enquadrada, até observações fora do ambiente escolar, fazendo com que os alunos pudessem compreender em todos os aspectos, o quanto o ambiente é diversificado, e mostrando o quanto o ambiente natural é construído e importante para o bem estar das pessoas.

A Educação Ambiental tem sido um componente importante para se repensarem as teorias e práticas que fundamentam as ações educativas, quer nos contextos formais ou informais, deve ser interdisciplinar, orientado para solução dos problemas voltados para realidade local, adequando-os ao público alvo e a realidade dos mesmos, pois os problemas ambientais de acordo com Dias (2004 apud Medeiros, Ribeiro e Ferreira, 2011) devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, e em seguida ser entendida em seu contexto global. É importante que ocorra um processo participativo permanente, de maneira que não seja apenas e exclusivamente informativa, é imprescindível a prática, de modo a desenvolver e incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.

No entanto, de acordo com as autoras, mudanças numa perspectiva global só serão possíveis se os profissionais envolvidos no processo educacional e que constroem o fazer pedagógico, juntamente com representantes de todos os segmentos da sociedade envolver-se nas questões sociais e ambientais. Para isso, estes profissionais precisam de uma formação completa que envolva valores, ética, cidadania, amor à vida e ao próximo, pluralidade cultural, racionalização do consumo, higiene e saúde e outros, que infelizmente ainda não foram contemplados nos currículos de licenciatura.

O ideal, seria, para a conscientização do trabalho pedagógico com questão ambiental para o Ensino Fundamental, fosse centrado no desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem escrita de conceitos. A seleção dos conteúdos pode ajudar o educador a trabalhar de maneira a contribuir para a atuação mais consequente diante da problemática ambiental, por meio da compreensão e indicação de formas de proceder, assim, tornar-se diferente encarar os problemas ambientais, como o do agrotóxico, apenas como objeto do estudo da ciência ou como uma questão social cuja solução exige compromisso real.

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no

processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados. (Sato 2002 apud NARCISO, 2009)

Deste modo, segundo Narciso (2009) a escola ao propor o desenvolvimento do currículo escolar voltado para a questão ambiental, deve proporcionar a participação de todos no processo de sua construção execução, tendo os alunos como sujeitos do processo. Os conteúdos precisam ser revistos para que os mesmos convirjam entre as disciplinas de forma interdisciplinar, além de terem sua importância dentro da Educação Ambiental. A Educação Ambiental precisa ser entendida como uma importante aliada do currículo escolar na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento emancipação. Uma vez que, segundo Sato (2002 apud NARCISO, 2009), a Educação Ambiental "sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos". Sendo assim, apresenta-se como uma peça importante no currículo escolar.

Programar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes. Segundo Andrade (2000 apud NARCISO, 2009),

[...] fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, etc, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental.

Dado que a Educação Ambiental não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores que remetem a ela, as dificuldades enfrentadas assumem características ainda mais contundentes. A Conferência de Tbilisi (1977) já demonstrava as preocupações existentes a esse respeito, mencionando, em um dos pontos da recomendação nº 21, que deveriam ser efetuadas pesquisas sobre os obstáculos, inerentes ao comportamento ambiental, que se opõem às modificações dos conceitos, valores e atitudes das pessoas (DIAS, 1992 apud NARCISO, 2009).

Diante de tantas pistas para uma implementação, segundo Andrade (2000 apud Narciso 2009) efetiva da Educação Ambiental nas escolas, evidentemente, "posicionamo-nos por um processo de implementação que não seja hierárquico, agressivo, competitivo e exclusivista, mas que seja levado adiante fundamentado pela cooperação, participação e pela geração de autonomia dos atores envolvidos".

De acordo com Narciso (2009) projetos impostos por pequenos grupos ou atividades isoladas, gerenciadas por apenas alguns indivíduos da comunidade escolar – como um projeto de coleta seletiva no qual a única participação dos discentes seja jogar o lixo em latões separados, envolvendo apenas um professor coordenador – não são capazes de produzir a mudança de mentalidade necessária para que a atitude de reduzir o consumo, reutilizar e reciclar resíduos sólidos se estabeleça e transcenda para além do ambiente escolar.

Uma das alternativas para a inclusão da temática ambiental no meio escolar é "a aprendizagem em forma de projetos". Segundo Capra (2003), essa é uma proposta alinhada com o novo entendimento do processo de aprendizagem que sugere a necessidade de estratégias de ensino mais adequadas e torna evidente a importância de um currículo integrado que valorize o conhecimento contextual, no qual as várias disciplinas sejam vistas como recursos a serviço de um objeto central.

Esse objeto central também pode ser entendido como um tema transversal que permeia as outras disciplinas já constituídas e consegue trazer para a realidade escolar o estudo de problemas do dia a dia.

Além disso, as atividades de educação ambiental precisam extrapolar o âmbito escolar e promover o aprendizado e, até, a transformação de todos. Segundo Nalini (2003), proteger a natureza precisa ser tarefa permanente de qualquer ser pensante e aprender a conhecê-la e respeitá-la pode levar uma vida inteira. Não há limite cronológico, em termos de educação ambiental, para que todos estejam em processo de aprendizado constante. Entretanto, como a maioria dos temas transversais, educação ambiental é um muito abrangente e a maioria dos projetos que se propõem a trabalhar o assunto procuram concentrar-se em focos mais específicos dentro deste grande assunto.

Todo o trabalho a ser desenvolvido nas Unidades Escolares deve direcionar e trilhar na formação do chamado "sujeito ecológico" - nome usado para definir o que seria o modelo ideal de um ser humano "que tem e dissemina valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados". (CAPRA, 2003)

O primeiro passo, para trabalhar bem a Educação Ambiental é criar, na escola, um ambiente capaz de envolver os professores bem como a comunidade escolar e local, de forma ampla e não apenas os de Ciências e

Geografia, que normalmente "tomam posse" do tema. "Não dá para tratar só das questões de natureza. Qualquer trabalho deve incluir a relação com a cidade e seus moradores." (CAPRÀ, 2003).

O importante no projeto, de acordo com o autor, a ser desenvolvido é que os membros envolvidos, ou seja, professores, alunos e comunidade, se acostumem a realizar tarefas de iniciação científica, como observação para entender fenômenos da natureza, em estudos do meio, e passem a entender como se dão as interferências do ser humano na paisagem. Nesse contexto a experiência se baseia nas necessidades cotidianas da população e as insere na ação pedagógica.

Assim nesse contexto alguns temas podem ser abordados em relação ao meio ambiente: ecologia, preservação da natureza, reciclagem, desenvolvimento sustetável, consumo racional da água, poluição ambiental, efeito estufa, aquecimento global, ecossistemas, etc. (CAPRÀ, 2003)

Assim seguindo o raciocínio do autor para a realização da abordagem dos temas, pode-se utilizar de estratégias como, por exemplo: criar um grupo ecológico, o qual pode ser composto por representantes de cada segmento escolar e da comunidade local. E, assim, por meio dele, promover discussões, regulares a fim de tratar determinado problema ou assunto, buscando opiniões e soluções para o mesmo. A coleta de informações ou assuntos a serem tratados pode ser sugestionada por escolha dos membros do grupo ecológico ou por qualquer outro membro da comunidade que não faça parte do grupo. Assim após a discussão das circunstâncias do assunto abordado, deve ser levado ao conhecimento da comunidade, a fim de pôr em prática o que foi discutido.

Após a discussão e conscientização do assunto ou problema abordado juntó à comunidade envolvida devem-se realizar tarefas com objetivos a serem alcançados em curto, médio e longo prazo. Os envolvidos recebem e executa o próprio trabalho, como a elaboração de panfletos, visitação de casas e comércios locais a fim de instruir e conscientizar sobre a importância da coleta de lixo, manutenção das ruas e calçadas, não despejar destroços e dejetos em terrenos baldios e nos rios, entre outras ações.

Esse tipo de projeto possibilita a estimular o desenvolvimento de relações positivas entre os envolvidos, o que pode beneficiar nas busca de soluções e atitudes que venham a favorecer na construção e mudança de hábitos e atitudes sociais e ecológicas.

A proposta de se trabalhar com projeto não procura mostrar um caminho fechado, que deve ser aplicado sem modificações ou adaptações; mas, sim, possibilidades de estudo, sugestões de projetos e formas diferentes de aplicação dos conceitos envolvidos na temática ambiental, quando abordada de forma transversal.

Em corroboração e tomando por base as afirmações de Narciso (2009) ao retratar que se devem buscar alternativas que promovam uma contínua reflexão que culmine na metanóia (mudança de mentalidade); apenas dessa forma, se consegue implementar, nas escolas, a verdadeira Educação Ambiental, com atividades e projetos não meramente ilustrativos, mas fruto da ânsia de toda a comunidade escolar em construir um futuro no qual se possa viver em um ambiente equilibrado, em harmonia com o meio, com os outros seres vivos e com nossos semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma consciência ambiental pautada na sustentabilidade é urgente, e não se restringe a educação escolarizada, no sentido da educação formal. No entanto, ela mostra-se potente e capaz de fazer a diferença na medida que consegue dialogar e articular-se com a presente geração, bem como com as próximas gerações, na busca pela consciência coletiva e cidadã.

Essa consciência não se constitui apenas num papel chamado currículo, ou seja, apenas na teoria que ela seja capaz de promover em suas práticas dentro e fora da escola, que vislumbra a sustentabilidade na vida de seus alunos, na construção de um muito mais justo para todos.

A escola é uma intuição social inserida numa sociedade, pela função que exerce a de formar cidadãos conscientes, de preparar para a vida e desta forma a mesma precisa integrar-se ao mundo, dialogando com as demandas vigentes, e não sendo indiferente.

A demanda pela sustentabilidade ambiental é urgente e a escola pode ser a grande patrona desta empreitada, pois dela pode depender a própria sobrevivência das próximas gerações.

REFERÊNCIAS

CAMPANILI, Maura. Artigo: A Carta do Cacique Seattle. Planeta Sustentável - 06/2007. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/seattle1.htm. Acessado em

04.07.2019.

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: O Desafio para a Educação do Século 21. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Conceitos de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Esplanada dos Ministérios – Bloco B. Brasília. https://www.

mma.gov.br/educacaoambiental/politica-de-educacao-ambiental.html. Acessado em 10.07.2019.

Caderno SECAD. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, março de 2007. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad / MEC). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf. Acessado em 10.07.2019.

CARVALHO, Janaina. Educação Ambiental nas Escolas: Uma Estratégia de Mudança Efetiva. - Graduação em Gestão Ambiental. Postado em 24 de maio de 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/4675025/EDUCA%C3%87%C3%

83O_AMBIENTAL_NAS_ESCOLAS_UMA_ESTRAT%C3%89GIA_DE_MUDAN%

C3%87A. Acessado em 22.07.2019.

Principais Leis Ambientais Brasileiras. Disponível em: https://www.inbs.com.br/principais-leis-ambientais-brasileiras/. Fonte: INBS. Acessado em 22.07.2019.

CORREIA, Mary Lucia Andrade. Artigo: Como alcançar sustentabilidade ambiental? In: UNIFOR Noticias Nº 219. Junho de 2012. https://gideaopaisagismo. com/como-alcancar-a-sustentabilidade-ambiental/. Acessado em 02.08.2019.

FARIA, Caroline. Crime Ambiental. In Infoescola. 2008. http://www.infoescola.com/ ecologia/crime-ambiental/. Acessado em 02.08.2019.

GRECCHI, Dom Moacyr. Formação da Consciência Ambiental. Postado por A Comissão Pastoral da Terra de Rondônia. 2 de março de 2011. Disponível em: http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/03/formacao-da-consciencia-ambiental.html.

Acessado em 02.08.2019.

HERCKERT, Werno. Artigo: Educação Ambiental. In: Educação- Brasil Escola 11/05/2008. Disponível em: http://www.brasilescola.com/educacao/educacaoambiental.htm. Acessado em 02.08.2019.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf. Acessado em 06.08.2019.

KINDE. Educação Ambiental: Vários Olhares e Várias Práticas. 2ª ed. Curitiba-PR.

Mediação, 2006.

LIMA, Ana Marina Martins de. SILVA, Antônio Carlos da. SILVA, Luciani Costa.

Proposição de Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental no Instituto Adolfo Lutz. (Monografia de conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Ambiental). SENAC. São Paulo 2007. Fonte: https://jornalismosocioambiental.

files.wordpress.com/2013/01/palestra-realizada-no-centro-universitc3a1rio-do-senac.pdf. Acessado em 06.08.2019.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, Maria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011.

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=%20revista_artigos_leitura&artigo_id =10267&revista_caderno=5. Acessado em: 07.08.2019.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: Trigueiro, A. (Coord.) Meio ambiente no século

21. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

MUNHOZ, Tânia. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental. 2004. In: Educação Ambiental. Disponível em: http://www.brasilescola.com/educacao/ educacao-ambiental.htm. Acessado em: 07. 08.2019.

NALINI, R. Justiça: Aliada Eficaz da Natureza. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. Uma análise sobre a importância de trabalhar Educação Ambiental nas Escolas. Postado em 02/04/2009. Programa de

Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

SABBAG, Bruno K. O Protocolo de Kyoto e seus créditos de carbono. Editora:

LTR. Rio de Janeiro. 2006.